

NIVEL SUPERIOR



Quem Somos

A Domina Concursos, especialista no desenvolvimento e comercialização de apostilas digitais e impressas para Concurso Públicos, tem como foco tornar simples e eficaz a forma de estudo. Com visão de futuro, agilidade e dinamismo em inovações, se consolida com reconhecimento no segmento de desenvolvimento de materiais para concursos públicos. É uma empresa comprometida com o bem-estar do cliente. Atua com concursos públicos federais, estaduais e municipais. Em nossa trajetória, já comercializamos milhares de apostilas, sendo digitais e impressas. E esse número continua aumentando.

MISSÃO

Otimizar a forma de estudo, provendo apostilas de excelência, baseados nas informações de editais dos concursos públicos, para incorporar as melhores práticas, com soluções inovadoras, flexíveis e de simples utilização e entendimento.

VISÃO

Ser uma empresa de Classe Nacional em Desenvolvimento de Apostilas para Concursos Públicos, com paixão e garra em tudo que fazemos.

VALORES

- Respeito ao talento humano
- Foco no cliente
- Integridade no relacionamento
- Equipe comprometida
- Evolução tecnológica permanente
- Ambiente diferenciado
- Responsabilidade social



HABILITADA P/ IMPRESSÃO



PROIBIDO CÓPIA

Não é permitida a revenda, rateio, cópia total ou parcial sem autorização da Domina Concursos, seja ela cópia virtual ou impressa. Independente de manter os créditos ou não, não importando o meio pelo qual seja disponibilizado: link de download, Correios, etc...

Caso houver descumprimento, o autor do fato poderá ser indiciado conforme art. 184 do CP, serão buscadas as informações do responsável em nosso banco de dados e repassadas para as autoridades responsáveis.



Conhecimentos específicos

*"Camuflar um erro seu é
anular a busca pelo
conhecimento. Aprenda
com eles e faça novamente
de forma correta."*

Nara Nubia Alencar

A História Do Tradutor E Intérprete De Língua

De início, tomamos uma concepção geral acerca do tradutor e do processo de tradução, entendido como aquele que busca tornar compreensível aquilo que antes era ininteligível por meio de um movimento “para além de algo”, “através de”, em que o pensamento se desloca constantemente entre pontos diferenciados de partida e de chegada, num fluxo contínuo na tradução. Aproveitamos, também, outra definição recorrente, a qual concebe o TILS como mediador de conteúdo, sobretudo se ele estiver atuando em sala de aula, local em que sua tarefa é bastante específica. Nessa posição, ele é um “mensageiro” do conhecimento; é também “elo” ou “ponte” entre duas culturas, responsável pelo acesso à informação e à compreensão pela pessoa surda daquilo que é dito.

Diante dessa breve apresentação é possível perceber que a tarefa de traduzir e interpretar desenvolvida pelo profissional em questão é multifacetada. Ainda não encontramos definições claras e consensuais a seu respeito, o que torna a questão, também, bastante discutível. Com isso, igualmente, o profissional intérprete sofre com as variações de sentidos atribuídas ao seu trabalho.

Conforme destaca Pereira (2008a, p. 137),

O processo de tradução recebe muitas designações: reformulação, retextualização, conversão, transformação, e o tradutor ora é encarado como um mero reproduzidor de textos, uma espécie de adaptador de voltagem entre línguas, ora alça a posição de co-autor

E essa pluralidade se reflete na constituição do próprio TILS, que se vê diante de olhares fragmentados acerca da sua atuação e da sua identidade.

Os contextos de atuação do TILS são visivelmente variados e seu compromisso abarca algumas tarefas fundamentais, principalmente porque há duas línguas em jogo, a LSB e a língua portuguesa (ou seja, línguas de diferentes modalidades). Tem-se debatido muito, no universo da tradução de língua de sinais, a respeito das especificidades que envolvem a diferença entre os atos de traduzir e de interpretar como práticas das atribuições desse profissional, que por diversas vezes é percebido de maneira equivocada pela sociedade.

Nessa perspectiva, Quadros et al. (2009, p. 19) esclarecem que:

[a] interpretação envolve textos ‘orais’ (aqui, ‘orais’ [é entendido] como aqueles textos que estão sendo produzidos tanto no português falado, como na língua de sinais, ‘sinalizados’). Interpretação envolve tanto a da Libras sinalizada para o Português falado quanto do Português falado para a Libras sinalizada. Tradução envolve textos ‘escritos’.

Pode ser da Libras escrita ou do Português escrito. [...] (O intérprete pode ler a respeito [do assunto apresentado em uma palestra, por exemplo], mas não tem como prever totalmente o que será dito pelo palestrante; somente na hora ele fará a interpretação de acordo com o que o palestrante disser). Na tradução, o tradutor pode estudar o texto a ser traduzido antes de traduzi-lo definitivamente. Ele pode fazer a tradução e arrumá-la antes de colocá-la à disposição do público.

Com base nessas definições, os mesmos autores destacam o TILS como aquele profissional que trabalha com a língua de sinais brasileira e a língua Portuguesa fazendo a tradução e/ou interpretação em basicamente três funções, em que:

Intermedeia a comunicação entre as pessoas surdas usuárias de Libras e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos;

Traduz os textos da Libras para a Língua Portuguesa e os textos da Língua Portuguesa para a Libras;

Auxilia no esclarecimento da forma escrita produzida pelos surdos em quaisquer contextos que se façam necessários (concursos, avaliações em sala de aula, documentos etc.) (p.19)

Interessa-nos, porém, ir além dessas acepções. Precisamos entender o que está em questão no ato da tradução e/ou da interpretação e que conhecimentos estão envolvidos na interação que se constrói através do traduzir e traduzir-se, de modo a contribuir para uma possível ressignificação desse profissional.

Pereira (2008) salienta algumas inquietações recorrentes entre os TILS. Para ela,

Ser intérprete é ser, intrinsecamente, um profissional atormentado por ter que estar presente e fingir-se invisível, algo ainda mais impensável para um intérprete de uma língua que é percebida prioritariamente pelo canal visual, como uma língua de sinais; e por não poder ser o 'eu' nem o 'tu' plenamente, por estar sempre em uma posição instável e escorregadia de um simbiótico locutor-interlocutor. (p.137)

Quando pensamos, portanto, nas suas tarefas, compreendemos essa posição conflituosa e peculiar. Concluímos ser fundamental observar que o seu compromisso vai além da aparente e simples função de facilitar a comunicação ao permitir o acesso à informação de uma língua-fonte para uma língua-alvo. Os TILS encontram-se constantemente submergidos em dúvidas e tensões, uma vez que

Se interpõem entre línguas e culturas, como mediadores que assumem o lugar de tensão das diferentes vozes, a dos surdos, dos ouvintes e de sua própria voz. Um dos principais dilemas do intérprete de língua de sinais, ao intermediar uma relação no ato tradutório, gira em torno do conflito de representação fidedigna do conjunto dessas vozes e consequentemente da sua responsabilidade com a tradução. (MASUTTI, 2007, p. 144-145)

Conforme destacamos, é possível perceber uma cadeia de responsabilidades em torno desse profissional, que, ao ser atravessado pela cultura do outro, necessita construir um universo de conhecimentos que lhe permita, então, operar com as suas estratégias e executar com sucesso, ou próximo disso, os seus objetivos.

Para Masutti (2007, p.99) esses saberes “[aqueles conhecimentos] emergem no ato da tradução quando o intérprete é atravessado pelos significantes da cultura surda, o que lhe possibilita a construção de uma galáxia textual operativa com efeitos relevantes.” Dessa relação, apreendemos que há um intercâmbio linguístico-cultural, pois sempre haverá tradutores da sua própria linguagem. Assim, o TILS é aquele que se apropria dos significados que precisam ser aceitos como verdadeiros. Desse modo, e de maneira geral, temos uma definição de acordo com a sua realidade como profissional.

Mesmo que de maneira genérica tentemos apresentá-lo como singular, sabemos que há diversos perfis e categorias possíveis com os quais se identifica cada TILS, uma vez que a sua atuação perpassa os mais diferentes estratos e âmbitos sociais. Isso porque, em situações de necessidade comunicativa, entre surdos e ouvintes (quando estes não são usuários de uma língua sinalizada) a presença de alguém capacitado a traduzir e/ou interpretar é imprescindível, independente da temática em questão, pois há línguas e culturas em cena.

Se perguntarmos a um profissional da tradução se todo o seu conhecimento adquirido (teórico e/ou prático) lhe dá sustento e segurança no dia-a-dia de trabalho, certamente receberemos como resposta que há muito ainda para ser aprendido. Esse é o ponto crucial que tencionamos ressaltar, sentimento que revela incompletude (não incompetência), uma vez que, nem sempre, a sua formação foi interesse das instituições de ensino.

Percebemos urgência no domínio das mais diversas áreas do conhecimento por esses profissionais que têm uma trajetória baseada nas experiências iniciadas na emergência pela solução do “problema” da comunicação. Para isso, a sua formação necessita ser sólida e continuada e o seu reconhecimento assegurado.

Trabalhar com uma modalidade de língua altamente visual, negociar nas interações linguísticas com o outro, além de, naturalmente, dominar muito bem a sua língua materna (a língua portuguesa, no caso do Brasil) e universos de conhecimentos díspares, são compromissos que os cercam. Em função disso o tradutor e intérprete de língua de sinais passa a ser responsável por apreender uma língua que vem delineando trajetórias importantes, cujo reconhecimento legal e linguístico ainda precisa enfrentar o desconhecimento da sociedade na qual está inserida.

Desse modo, faz-se necessário compreender que imagens “carrega” o TILS ao refletir características e elementos da cultura surda ao compilar sua história no campo da tradução.

2. Que imagens “carrega” o tils?

A referência aos profissionais da área da tradução e interpretação de línguas orais normalmente nos remete às imagens de pessoas bem sucedidas, competentes, capacitadas e com muita experiência

nas tarefas que desempenham. Porém, essas associações são feitas sem qualquer destaque a outras possibilidades de atuação, descartando seus perfis. Pereira (2008a, p. 138) salienta que, nesses casos,

A imagem mais lembrada é a dos intérpretes de conferência, em suas cabines, com seu equipamento de som, em encontros internacionais, intérpretes de línguas vocais, portanto.

No entanto, este tipo de interpretação, o mais prestigiado de todos, não é o único, existem diversas classificações quanto a sua atuação [...]

Segundo a mesma autora, diferentemente da ideia que restringe a imagem dos intérpretes de línguas orais a conferências, na realidade esses profissionais também atuam em outras situações. A autora justifica seu enunciado citando o exemplo do “intérprete acompanhante ou de trâmite” 3. Assim sendo, na concepção comum sobre o profissional, as outras facetas da sua atividade acabam sendo mascaradas de modo a limitar a sua representação a apenas uma (à interpretação em cabines).

Equívocos semelhantes acontecem em referência ao TILS, que tende a ser visto como alguém que se posiciona, com muito esforço, diante dos diferentes olhares ao ter de fazer “gestos e expressões” nada comuns, porém essenciais a uma pequena parcela de “espectadores”. Essas marcas constroem imagens muitas vezes distorcidas do profissional; chegam a rotulá-lo e ofuscam representações mais aproximadas das realidades vivenciadas por eles 4.

Talvez possamos justificar essa realidade pelo fato de a língua de sinais ser uma língua vista no outro, que precisa de movimentos do corpo, do espaço, e, sobretudo, da visão na sua produção e para sua percepção, o que leva à crença de que seja mera representação gestual universal, teatral, performática ou, ainda, simples reprodução manual de uma determinada língua falada em uma região (ex: português sinalizado). Essas concepções se direcionam para que o profissional TILS se questione quanto às características que lhes constitui, dificultando a valorização do seu trabalho por refletir problemas no desempenho da sua tarefa. Contudo, nos últimos dez anos essas visões têm se fragilizado, sobretudo pelo reconhecimento da língua de sinais como língua natural das comunidades surdas e pela crescente visibilidade dos surdos nos diversos meios sociais 5.

Ao voltarmos à reflexão acerca das especificidades do trabalho do tradutor e intérprete de língua de sinais, parece evidente perceber que o desempenho das suas funções normalmente desperta-lhe um sentimento agonístico, pelo menos de início, no que se refere ao exercício de olhar e ser olhado (fundamental para a sua formação e na sua prática) “[...] Uma vez que o universo do surdo se faz no movimento do olhar, onde ele [o intérprete] se torna elemento constitutivo imprescindível. (MASUTTI, 2007, p.101).

Esse movimento, natural aos surdos, tem de ser apropriado quando o tradutor e intérprete, no momento exato da interpretação (simultânea sinal-voz, especialmente), necessita assumir uma posição na qual precisa se expor fisicamente, no sentido de ser visto e ser constantemente observado e avaliado. Quando essa apropriação se efetiva, então amenizam-se as inseguranças e constituem-se as identidades. Ao ter de lidar com as peculiaridades da língua de sinais, o TILS adquire alguns de seus elementos fundamentais, além passar a viver as fronteiras das culturas de maneira exaustiva e carregar responsabilidades que são vistas em si e na construção da sua subjetividade.

Mesmo diante dessas explanações, ficam alguns questionamentos que pretendemos evidenciar a fim de suscitarmos as reflexões dos colegas e leitores: Frente às características específicas e distintas das línguas e das culturas com as quais o TILS necessita lidar, o que fazer e de que forma para que sejam apropriadas e entendidas de maneira que reflitam na eficácia do seu trabalho? O que é necessário o TILS aprimorar para que possa reconhecido como profissional competente, para que tenha garantido o seu espaço de atuação de modo a transmitir confiança ao outro? Quem deve, de fato, avaliar a “performance”, a competência tradutória e os conhecimentos de um TILS, o qual passa por momentos de dúvidas, especialmente, por estar inseguro quanto ao seu reconhecimento e à regulamentação do seu trabalho? Quem é, na verdade, o TILS ideal (se é que ele existe)? Quais dificuldades tem de enfrentar até que se aproxime da cultura surda, passando a transitar entre ela e a sua cultura de maneira natural?

Com base nesses questionamentos nos arriscamos a apresentar um pouco da realidade, das dificuldades e dos possíveis caminhos para as suas soluções. Valemo-nos do pronunciamento de alguns profissionais TILS de algumas regiões do país, os quais foram questionados acerca das especificidades da sua profissão e da trajetória delineada para a sua constituição como profissional frente ao panorama histórico que hoje se constitui com a abertura de caminhos de formação.

3. Um panorama histórico dos TILs?

Aqueles que aspiram reconstruir a história dos intérpretes e tradutores, ao traçar os caminhos desde suas origens, têm um árduo trabalho frente à precariedade de fontes como documentos e demais registros sobre o tema. Mesmo assim, os profissionais envolvidos com a interpretação devem, no mínimo, estar cientes de que esta é uma atividade muito antiga que provavelmente surgiu a partir do momento em que usuários de línguas diferentes começaram a se relacionar de forma constante. Desse modo, era necessário que alguém capacitado a compreender os idiomas em questão fizesse a interpretação entre os falantes, independente da modalidade linguística em questão.

Theodor (1980) explica que a interpretação é mais antiga do que a tradução, já que esta depende da forma escrita para sua realização; em contrapartida, a inexistência de fontes escritas dificultou a tarefa de datar e documentar os trabalhos dos intérpretes. Esse registro começa a ser feito somente quando estes se dão conta de tal importância e iniciam as escrituras de diários, memórias e biografias.

Ao resgatar um pouco da história da interpretação, Rodrigues e Burgos (2001) destacam que a tarefa começou a ser reconhecida como profissão a partir da I Guerra Mundial. As autoras esclarecem, ainda, que em 1919, na Conferência da Paz, em Paris, inicia-se um trabalho semelhante ao que chamamos de “interpretações de conferências”, sendo o inglês e o francês as línguas principais da época. Os primeiros intérpretes identificados eram militares, jornalistas e diplomatas plurilíngues que faziam interpretação consecutiva 6. Já a simultânea 7 nasce oficialmente doze anos mais tarde na Assembléia da Liga das Nações, logo, na esfera da diplomacia.

A história da interpretação das línguas de sinais é bem diferente da delineada pelas línguas orais, uma vez que não tem sua gênese nos contextos militares ou diplomáticos, mas sim nas famílias, em que filhos, irmãos de surdos e seus parentes próximos iniciaram o exercício da interpretação e no transcorrer de suas vidas estiveram atuando nas mais diversas situações. Contudo, o momento exato da iniciação desses profissionais é uma incógnita. De acordo com Pereira (2008), e corroborando o que foi dito:

Historicamente não é possível rastrear o exato momento em que os intérpretes começaram a atuar, mas é plausível imaginar que desde que povos de diferentes línguas mantiveram contato houve, também, a necessidade de intérpretes. No caso das pessoas surdas, existem hipóteses de que a interpretação surgiu no meio familiar foi, aos poucos, se estendendo aos professores de crianças surdas e ao âmbito religioso. Com o passar do tempo, o fortalecimento dos movimentos sociais e políticos das comunidades surdas e o reconhecimento legal das línguas de sinais surgiu, finalmente, o ILS profissional. (p.138) 8

No Brasil, segundo Quadros (2002), no início dos anos 80 a presença dos Intérpretes de Língua de Sinais (ILS) foi identificada nos trabalhos religiosos. Muitos destes, mais tarde, começariam a “vestir a camisa” do ofício e atuar em outros espaços.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), entidade que luta pelos direitos da comunidade surda brasileira, foi uma importante articuladora na luta desses intérpretes, pois promoveu dois Encontros Nacionais, nos anos de 1988 e 1992, propiciando intercâmbios entre os profissionais, discussões sobre as questões éticas que envolvem as suas ações e a aprovação do “Departamento Nacional de Intérpretes”. Com o avanço da FENEIS nas suas reivindicações, com as instalações de escritórios regionais em diversos estados do país, os intérpretes também foram se articulando e estendendo seus departamentos ligados a esses escritórios.

Apesar de a Lei 10.436 (conhecida como Lei de LIBRAS) ser um marco na história por reconhecer a língua brasileira de sinais como língua oriunda das comunidades surdas do Brasil e constituída de um sistema linguístico de fato, outras leis anteriores a ela já vinham mencionando a necessidade dos serviços de interpretação na eliminação de barreiras de comunicação a fim de garantir a acessibilidade aos surdos (Lei 10.098/00 – Capítulo VII). Entretanto, em 22 de dezembro de 2005, com a publicação do Decreto 5.626, a regulamentação da Lei de LIBRAS e do Art. 18 da Lei 10.098, um novo passo é dado em busca da valorização e profissionalização dos TILS, pois, além da obrigatoriedade da sua contratação para diferentes áreas do conhecimento e da sociedade, a sua formação passou a ser oficializada.

Também outros documentos como a Norma Brasileira 15290 de 2005, apresentam o intérprete de língua de sinais como fundamental para o acesso dos surdos à informação, de modo a destacar o seu

papel como profissão. De acordo com Pereira (2008), o acesso ao pensamento e as ideias no encontro entre pessoas que não compartilham a mesma língua só é possível através da intermediação feita por profissionais tradutores e intérpretes.

Mesmo que situemos os intérpretes de línguas orais e os de línguas de sinais na mesma linha cronológica, faz-se necessário observar as significativas diferenças que esses dois grupos apresentam na prática. Com base em Rodrigues e Burgos (2001) e nas experiências vividas pelos TILS, trazemos o seguinte quadro adaptado, onde evidenciamos características de acordo com as diferenças entre os trabalhos desenvolvido pelo profissional que lida com as línguas orais (TILO – Tradutor e Intérprete de Língua Oral) e o de língua de sinais (TILS).

Intérprete de Língua Oral	Intérprete de Língua de Sinais	
Diferença política	Atua com línguas orais (muitas vezes de prestígio).	Atua com línguas de sinais (ainda muito estigmatizadas).
Clientes	Na maioria das vezes, seus clientes são de outros países.	Na maioria das vezes, seus clientes são da mesma cidade, região ou do mesmo país.
Atuação	Na maioria das vezes atua em situações oficiais e conferências.	Tem um campo muito amplo, ligado a questões particulares, profissionais, sociais e educacionais de seus clientes.
Exposição	Em conferências; na maior parte do tempo fica em cabines, sem exposição.	Está sempre exposto quando traduz da Língua Oral para Língua de Sinais, e, em alguns casos, quando faz o inverso (sinal-voz).

Esses contrastes evidenciam, portanto, que as atribuições se distinguem, apesar de esses profissionais terem de lidar com línguas no ato da tradução e da interpretação. O TILS tem de trabalhar com as especificidades de uma modalidade linguística no mínimo diferente, para um público específico que vive em um mesmo território onde a língua reconhecida pela maioria é a portuguesa, na sua forma oral e escrita. Além de as condições de atuação serem totalmente díspares, principalmente, em função da exposição total do intérprete de língua de sinais que o leva a trabalhar de maneira limitada, revezando sempre com outros profissionais, a fim de que os resultados das suas tarefas tenham o sucesso esperado.

É certo que uma das questões que “atrormenta” esses profissionais, independente de qual seja a modalidade na qual desenvolvem suas habilidades, diz respeito à incrível e difícil tarefa de traduzir. Seja dentro ou fora de uma cabine, há sempre a impressão de que a correspondência com aquilo que está sendo dito ou lido nunca será alcançada. Segundo o intérprete de línguas orais, Magalhães Jr. (2007),

Traduzir é sempre um exercício imperfeito, em que tentamos transpor para outro universo semântico idéias e sentimentos que não são nossos. Num tal processo, o resultado será sempre alvo potencial de censura e dissenso. Na tradução, fazemos mais do que simplesmente buscar sinônimos. Somos forçados a interpretar, a intuir o sentido de passagens por vezes dúbias. Fazemos escolhas a todo momento. Elegemos. Tomamos decisões. Com isso, naturalmente, nos arriscamos ao erro. (p. 170)

Além de viver essas “aflições” o TILS frequentemente explicita um estado de co-existência ao ter de dividir o palco com palestrantes, câmeras e holofotes, de modo a concorrer com a exposição daquele que fala em uma relação de co-atuação diante de espectadores. Além da sua voz, empresta também o seu corpo, a face e o seu olhar àquele que profere o discurso. Esses elementos, literalmente, revelam todas as suas excitações. Para uns, o TILS é co-adjuvante, um “adereço”, alguém a mais; mas para os surdos é protagonista da comunicação, mesmo que aquele que está à frente do conhecimento seja um renomado cientista em mais uma de suas palestras.

Diante do que foi dito, passamos à tentativa de responder a algumas das questões apresentadas neste artigo, partindo também das reflexões de profissionais informantes que se dispuseram a colaborar com nossa breve pesquisa. A partir disso, poderemos traçar os seus perfis e entender um pouco sobre seus trajetos de formação e objetivos.

4. Experiências e caminhos de formação

De acordo com o que expusemos, fica claro que os intérpretes de línguas orais têm grande espaço de formação (se comparados aos TILS), que vão desde cursos específicos, direcionados as suas funções, à graduação e pós-graduação, de acordo com a língua escolhida ou a área de atuação. É muito comum vê-los, em grande parte, em formação continuada ou em prática constante da segunda, terceira ou demais línguas.

A imersão cultural também acontece para eles. Dependendo de onde e para quem trabalham, costumam viajar o mundo e o seu reconhecimento é de grande prestígio e sofisticação. Apesar de a maioria deles permanecerem atrás de vidros, nos bastidores, não significa que têm funções fáceis ou vivem dificuldades insignificantes. Uma delas é a luta constante pela visibilidade que, normalmente, não lhes é dada quando traduzem obras escritas, filmes e/ou interpretam eventos.

Vale destacar que existem aqueles que “caem” na profissão. Isto porque sabem falar determinada língua estrangeira, passando assim, a atuar como tradutores e intérpretes. Da mesma forma acontece com o profissional de língua de sinais, porém com uma pequena diferença,

Normalmente, o tradutor realiza seu trabalho a partir de uma língua estrangeira para a sua língua materna. Ocorre, no caso do ILS, o inverso: em geral, é um ouvinte que verte sua língua materna (português) para uma outra que lhe é estrangeira (língua de sinais), isto é, o estrangeiro (intérprete) verte para uma comunidade interpretativa uma língua que lhe é estrangeira. Usualmente, o ILS aprende a língua de sinais em comunidades formadas por surdos majoritariamente [...] (ROSA, 2005, p.55)

A maioria dos TILS inicia sua atuação e nem se dá conta disso, já está na prática, seja porque são filhos de surdos, têm familiares, vizinhos ou contato com eles nas suas igrejas ou no seu dia-a-dia. Essa realidade é frequentemente a mais encontrada e considerada como trajetória de formação de muitos que hoje se encontram em exercício da profissão.

É fato, portanto, que grande parte deles adquiriu ou aprendeu a língua de sinais em associações de surdos, igrejas, cursos básicos ou através da amizade e do convívio com os surdos. Seu aprimoramento, porém, tem sido feito através do empirismo, no contato e pelo uso da língua, o que os faz buscar com os surdos ou com colegas de profissão os ajustes necessários.

Gesser (2009, p. 47) destaca que no Brasil ainda não existe uma “tradição na profissão ou formação específica para esses profissionais, da mesma forma como há para intérpretes de prestígio como, por exemplo, intérpretes de língua inglesa e francesa”. Segundo a autora, a proficiência dos TILS vem de situações emergenciais de comunicação em encontros entre surdos e ouvintes. Porém, não deixa de salientar a importância do trabalho do profissional nessas interações.

A necessidade de comprovar a formação para a prática e a construção da carreira tem levado instituições de ensino a realizarem cursos e exames que afirmem a sua proficiência na língua, de modo a declarar a sua aptidão como profissionais.

Nos Estados Unidos, segundo Wilcox e Wilcox (2005), os Intérpretes são um dos principais responsáveis pelo aumento da popularidade da ASL, uma vez que esses profissionais têm conquistado cada vez mais espaços. A responsabilidade que antes ficava literalmente nas mãos dos codas (Children of Deaf Adults – Filhos de adultos surdos) por muitas gerações, agora é dividida com os TILS. Os autores destacam que, mesmo que essas pessoas possuam um conhecimento da língua, raramente apresentam uma qualificação específica e as informações suficientes acerca da ética profissional exigida para a sua atuação. (WILCOX & WILCOX, 2005, p.153) Desse modo, fica evidente a necessidade por uma formação direcionada a eles.

Antes que os Intérpretes fossem reconhecidos e registrados naquele país, a responsabilidade pela interpretação ficava, portanto, com os filhos de surdos, os quais, até 1964 atuavam sem ao menos serem remunerados, o que gerava grande dificuldade para contratar um profissional que fosse qualificado para lidar com uma situação de intermediação linguística.

Esse passo adiante foi importante para que os todas assumissem a consciência da sua real posição diante da comunidade surda. Conforme apresenta S. em seu depoimento, diante da sua realidade aqui no Brasil:

Ser filho de surdo não habilita ninguém a ser intérprete de língua de sinais. As dificuldades que encontrei foram muitas: diferenciar uma conversa de uma palestra; variações linguísticas; estrutura da língua etc.

Atualmente, programas de formação de intérpretes de língua de sinais, que venham suprir as necessidades dessas pessoas, são bastante comuns nos Estados Unidos. No Brasil, como exemplo, esse movimento iniciou com o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – e com a FENEIS, que se preocupavam, não somente com a avaliação dos intérpretes que já estivessem atuando, mas também com a capacitação desses profissionais através de cursos promovidos nos mais diferentes espaços e em parceria com outras instituições.

Com a necessidade de avaliar e certificar melhor os TILS, surgem alguns cursos em nível tecnológico, de graduação e pós-graduação. Podemos destacar alguns como o de “Tecnologia em Comunicação Assistiva: Tradução e Interpretação de Língua Brasileira

De Sinais” oferecido pela PUC/CAMPINAS. O crescente acesso às novas tecnologias pelos surdos reflete a necessidade de também o TILS se atualizar nessa área, de modo a atender as diversas demandas sociais. Outras duas oportunidades podem ser encontradas na “Especialização em Tradução e Interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa –, oferecida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos – NEPES –, através do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET-SC – e na Universidade do Estado do Pará – UEPA, curso pensado para a qualificação desses profissionais, com intuito de atualizá-los através de uma formação reconhecida.

A Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP –, através do “Curso de Tradução e Interpretação com habilitação em Libras Língua Portuguesa”, com um currículo consistente e com objetivos emergentes. Do mesmo modo, a UFSC, através do Bacharelado em Letras/LIBRAS, organizado na modalidade a distância, tem proporcionado aos que já atuam como TILS, ou desejam iniciar a carreira, o acesso ao conhecimento teórico e prático. Uma característica importante desse curso é a sua abrangência nacional, uma vez que é ofertado em 15 cidades espalhadas em todo território nacional, alcançando o número de aproximadamente 450 estudantes, os quais podem ampliar seus caminhos chegando ao Mestrado ou Doutorado em áreas como a da Linguística, Tradução e Literatura.

Vemos assim, uma crescente preocupação, e não podia ser de outro modo, em concretizar ideias e planos. Por isso, a realização desses cursos merece ser evidenciada, como prova de que realmente a sociedade, em seus diversos setores, a começar pelo acadêmico, tem percebido a necessidade do trabalho dos profissionais em questão. Tomamos outro exemplo, o curso do município de “MBA em LIBRAS no contexto empresarial e docência superior”, realizado pela Faculdade Serrana – FASEP/DF –, com o objetivo de, fundamentalmente, formar profissionais intérpretes capacitados a atuarem no contexto das organizações, das consultorias empresariais e como professores de língua de sinais brasileira para o ensino superior.

Diante novos cursos de formação, pensou-se em uma forma de também verificar se os Intérpretes são realmente proficientes na língua de sinais, a fim de contribuir também para o seu reconhecimento e sua aceitabilidade (e nesse caso, principalmente, no espaço educacional). Isto porque, conforme já evidenciamos, não basta ser usuário para ser um bom TILS, é necessário adquirir técnicas, estratégias da profissão, habilidades linguísticas em língua portuguesa e na LSB. Assim, e, também, para o cumprimento da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5626/2005, o Ministério da Educação e Cultura – MEC – desenvolveu o Exame PROLIBRAS 17, o qual pretende atestar o conhecimento dos profissionais que não tem formação, mas estão aptos para atuar como TILS ou professores de língua de sinais através de uma certificação de caráter temporário obtida através de provas teóricas e práticas que acontecem uma vez por ano.

Diante de todas essas possibilidades que parecem delinear um campo de formação em progresso, ainda notamos uma tradição muito forte que tem determinado a formação dos tradutores e intérpretes de língua de sinais.

Metodologia Aplicada E Dados Da Realidade

Objetivando conhecer um pouco da realidade dos TILS, aplicamos algumas perguntas aos profissionais de diversas partes do país, durante os meses de abril a junho de 2008, via e-mail e pessoalmente. Enviamos um breve questionário para alguns TILS conhecidos e outros entregamos os impressos para os que atuam no Curso Letras/LIBRAS e estiveram presentes em um encontro de formação que o

Curso ofereceu na cidade de Florianópolis/SC. Vinte e seis profissionais preencheram e devolveram o formulário, dentre eles dezessete mulheres e nove homens.

No que diz respeito às perguntas, elaboramos cinco questões, abertas, de modo a resgatarmos aspectos sobre o aprendizado ou aquisição da língua de sinais, sobre os caminhos percorridos para a sua formação, também acerca das possíveis dificuldades enfrentadas, fundamentalmente com a modalidade da língua e as suas peculiaridades.

Os profissionais entrevistados foram distribuídos, numericamente, nas diferentes regiões brasileiras, como mostra o seguinte quadro:

Região	Número de TILS participantes
Norte	1
Nordeste	2
Sul	17
Sudeste	5
Centro-Oeste	2

Entre os informantes, não identificamos nenhum que ainda não seja graduado, ou não estejam cursando algum curso superior, isto porque, conforme já explicitamos, a maioria dos TILS atua em sala de aula e por isso buscam uma formação que tem se concentrado, basicamente, na área da educação.

É importante salientar que há uma variação significativa de idade entre os informantes registrados no Quadro 2. Há profissionais muito jovens, com menos de vinte anos de idade e outros com uma experiência maior de atuação e com idade mais avançada. Também identificamos alguns com conhecimento de vida maior, porém, com experiência profissional em fase inicial na área.

Uma das questões que apresentamos a eles enfatizou o aspecto da formação, tendo como objetivo inicial averiguar quais instrumentos são ou foram utilizados para a capacitação nas diferentes regiões do território nacional. Pudemos verificar que cursos como os de pedagogia, especialização em educação especial, educação de surdos e cursos de línguas de sinais apareceram como base formadora do conhecimento de muitos que hoje atuam como TILS. A seguinte pergunta formulada: “Possui formação/capacitação como ILS? De que tipo?”, levou-os a descrever um panorama da falta de formação específica. Algumas confusões entre o “ser” intérprete e o “ser” professor bilíngue também permearam a questão. Como respostas alguns destacaram o seguinte:

Se pensarmos na profissão como um quadro pintado-a-mão, que oscila entre a perfeição e os vacilos, como se lhes faltasse a “firmeza” na sua formação, entenderemos que o empirismo não está somente emoldurando essa atuação, mas também tecendo todo esse trabalho, uma vez que o pano de fundo, a tela da obra, já é feita de forma “artesanal”. Ou seja, o intérprete, em fase de aquisição da língua de sinais, já tem esse processo internalizado com base, essencialmente, na sua experiência. Essa conclusão comprova o que destacamos nas palavras iniciais deste trabalho.

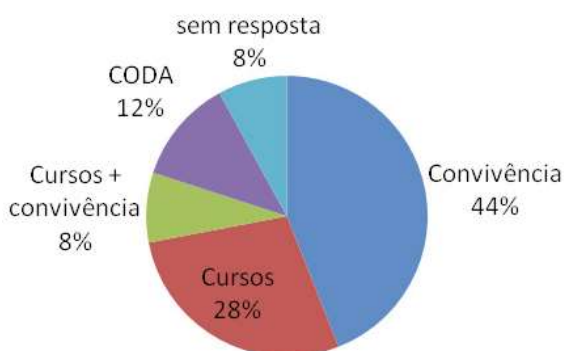
Seguindo a mesma linha de reflexão, sobre como aprendeu a língua de sinais, um dos profissionais, com vinte e oito anos de experiência, respondeu da seguinte maneira:

Na associação de surdos (SSRS) e [em] eventos da comunidade surda do RS; a partir de 1980, com os objetivos de me comunicar cada vez melhor com eles. Nunca fiz curso formal. Naquele tempo não se falava em LIBRAS nem em aprender os “gestos dos surdos-mudos” (R.)

As palavras de R. Mostram o quão recente é o aprendizado “formal” da língua de sinais no Brasil. Um ponto a se considerar é que o reconhecimento da LSB é o grande fato de interferência histórica na maneira de acesso à língua de sinais e aos conhecimentos que a envolvem. Conforme já salientamos, hoje, em pleno século XXI, há outros caminhos em processo de construção que levam à formação direcionada na área.

As práticas de acesso à língua estão em constantes mudanças, porém, ainda, o contato com os surdos é uma das melhores maneiras de desenvolver e aprimorar os conhecimentos linguísticos e o desempenho na língua de sinais. O gráfico abaixo, construído com base nos questionários, comprova o que dissemos:

Aprendizado de LS



É possível verificar que a maior parcela dos entrevistados atribui o seu conhecimento linguístico ao convívio com os surdos, o que podemos chamar de “imersão cultural”, ainda que essa aproximação envolva outros aspectos culturais diferentes da língua de formas diversas para cada TILS.

Porém, isso não significa dizer que o conhecimento de tradução e de interpretação tenha sido adquirido dessa maneira. Fica evidente o pouco conhecimento formal ou sua ausência nas falas dos nossos interlocutores.

Ainda, em relação à mesma pergunta, e para reafirmar o que temos registrado, uma TILS filha de surdos destacou:

A formação que possuo se baseia em encontros, simpósios, seminários e convivência com pessoas surdas. (S.)

Suas colocações nos remetem aos primeiros intérpretes de língua de sinais que começaram a atuar em outros espaços que não o familiar, onde, conforme salienta S., o uso da sigla “LIBRAS” ainda nem era de domínio público.

Tradutores e intérpretes de ASL – American Sign Language – também percorreram uma trajetória semelhante à dos brasileiros antes de serem reconhecidos como profissionais e até estabelecerem um código de ética da profissão através do “Registro dos Intérpretes para Surdos” – RID-EUA. De acordo com Wilcox e Wilcox (2005, p.154-155),

Em geral, as pessoas que desejassem se tornar intérpretes adquiriam seu conhecimento da língua tornando-se amigos de pessoas surdas ou frequentando uns poucos cursos de ‘língua de sinais’. Se elas tivessem sorte, poderiam adquirir também algum treinamento em interpretação participando de workshops oferecidos pelo RID ou pelas faculdades locais.

Outra informante, R., também filha de surdos (portanto CODA) que atua profissionalmente há doze anos, quando questionada a respeito da sua formação enfatizou ter feito um curso de capacitação pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por intermédio da FENEIS, em 2004. Mesmo ela convivendo com a língua de sinais desde os primeiros meses de vida e transitando entre esta e a língua portuguesa, e, provavelmente, atuando como intérprete em alguns momentos para auxiliar na comunicação de seus pais, somente no ano de 2004 teve acesso a uma oportunidade de capacitação. Essa atitude, provavelmente, deveu-se à necessidade de se registrar e se constituir como profissional em meio às exigências do mercado de trabalho e ao crescente, porém, ainda tímido, destaque que a língua vinha conquistando na sociedade, seja na comunidade surda ou fora dela. Também a demanda dos mais diferentes espaços sociais tem excedido à disponibilidade de pessoas habilitadas a traduzir e interpretar, e, desse modo, pessoas como R. Têm feito esse trabalho e, percebendo a identificação com os papéis desenvolvidos como profissional, também têm buscado conhecimento e qualificação, uma vez que conhecem a natureza, as experiências e os costumes das pessoas que utilizam a língua de sinais.

Conforme apresentamos, a formação dos TILS e sua história têm sido baseadas, em grande parte, no empirismo e amparadas na auto-reflexão ou nas trocas entre eles. Foi, por muito tempo, se constituindo

de feedbacks dos surdos presentes nos momentos da realização do trabalho da interpretação. A intérprete L. Relata sobre as suas ações e estratégias em favor do progresso da sua atividade, e diz:

Sempre antes e depois das traduções procuro refletir sobre o que pretendo fazer ou já fiz e o que realmente deu certo ou não e como posso tentar aprimorar minhas técnicas. Quando possível, procuro expor minhas dúvidas e inquietações aos surdos ou aos colegas intérpretes para que contribuam com minhas reflexões e consequente evolução no trabalho.

Na medida em que os TILS buscam as capacitações e os cursos disponíveis, essas inquietações tendem a se minimizar e a serem substituídas por outras novas interrogações pertinentes a sua atuação, às concepções que os cercam e, fundamentalmente, a sua formação.

Com isso, outros pontos tomam os espaços de discussão. Aproveitamos para citar a crítica informal de um profissional da área da Filosofia (que sequer atua como TILS ou tem alguma familiaridade com a realidade desse profissional) a respeito da disciplina “Ética”, oferecida em um determinado curso. Segundo ele, aqueles que vivem as experiências da interpretação sabem que as questões éticas são muito específicas a essa área de atuação. Isso significa dizer que a ética da profissão do TILS necessita ser pensada, antes de resultar em regras de bom senso para a sua atuação.

Esses movimentos têm como objetivo defender e consolidar os direitos e os deveres dos TILS, valorizar a profissão, participar das discussões e trazer para si as formações e oportunidades de capacitação que antes estavam concentradas apenas nas mãos das entidades ligadas aos movimentos surdos. Somente com iniciativas como essa a inquietação expressa na opinião do seguinte profissional deverá ser atenuada. C. Diz: “às vezes sinto-me perdida sem ter muito em que me basear, já que nossa profissão não é regulamentada, não existe um conselho etc. Angústia é um sentimento bastante presente em minha vida.” (C.)

Apesar dessas dificuldades, vale destacar o que R, profissional com grande experiência, nos diz. Segundo ele

O ILS é uma “estrela invisível”... Isto é, deve ser discreto e firme diante dos olhares dos outros (ouvintes), mas uma estrela clara e segura diante dos surdos (ou daqueles que necessitam da sua imagem). É uma complicada dicotomia, porém é assim mesmo que funciona. Ele precisa estar seguro da sua performance e passar a língua... Não pode se perturbar com os olhares dos ouvintes. Não é nada fácil. (R.)

A dupla ética e profissionalismo, portanto, deve ser o alicerce e o caminho do desempenho do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, minimizando assim as suas dificuldades e inseguranças. A atenção ao desenvolvimento desses profissionais pelas instituições que discutam a sua prática através da ampliação dos cursos já existente e de novas oportunidades de aperfeiçoamento e de formação continuada são, atualmente, algumas das soluções mais esperadas para que o TILS tenha seu reconhecimento garantido.

Legislação Acerca da LIBRAS

Os instrumentos legais mais relevantes para a educação de surdos, no Brasil, são a Lei n. 10.436, de 24.04.2002, que regulamenta e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 de Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

A Lei n. 10.436 é a concretização legal que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, como a língua oficial da comunidade surda, embora esta não substitua a modalidade escrita da língua portuguesa. No artigo 1º, parágrafo único, a lei estabelece que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Por isso, define que o poder público deve garantir o apoio necessário para o uso e difusão da Libras, como meio de comunicação nas comunidades surdas brasileiras. Estabelece também a garantia de atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva.

No que se refere à educação, no artigo 4º, a lei estabelece que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão, nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conforme legislação vigente. O parágrafo único afirma que a Língua Brasileira de Sinais não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

A partir da publicação da Lei, os estudiosos da Educação de Surdos, juntamente com a comunidade surda, passam então a pensar estratégias para viabilizar a efetivação de uma Educação de Surdos Bilíngue.

O Decreto n. 5.626/2005, por sua vez, regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. De acordo com seu artigo 2º, o Decreto, define pessoa surda e deficiente auditiva: [...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Em seu artigo 3º, o Decreto estabelece a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, de todo sistema. Estabelece também, que a Libras deve ser disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

No que se refere à formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior, estabelece que esta deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras, dando prioridade aos surdos nesses cursos de formação. A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso Normal Superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue, estabelecendo que as pessoas surdas terão prioridade em todos os cursos de formação. (Arts. 4º e 5º)

O período de tempo para a adequação dos sistemas de ensino a estas normas é de 10 anos, com percentuais parciais a serem cumpridos, sendo que o Ministério da Educação fará certificação de proficiência em Libras. Este exame deverá avaliar a fluência no uso do conhecimento e a competência para o ensino dessa língua (Art. 8º e 9º).

As Instituições de Ensino Superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação do decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação para

formação de professores surdos e ouvintes, assim como viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior (Arts. 10, 11 e 12).

O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua para as pessoas surdas, deve ser incluída como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para todos os níveis da educação básica e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa. A modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluída como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia (Art. 13).

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas, acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. Deve ainda prover as escolas com professor de Libras ou instrutor de Libras, tradutor e intérprete de Libras, professor de Língua Portuguesa, para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas e professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos, bem como garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, em turno contrário ao da escolarização. Deve também apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos, adotando mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa (Art. 14).

A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa por meio de cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária, e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação (Art. 17).

As instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior deverão incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. O profissional tradutor intérprete deverá atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino, nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas, e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas necessárias como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (Art. 21).

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (Art. 22).

São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação (Art. 22).

De acordo com o artigo 25, o Sistema Único de Saúde (SUS) e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica:

- Atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- Tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- Realização de diagnóstico, atendimento precoce e encaminhamento para a área de educação;
- Seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- Acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- Atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- Atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- Orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à libras e à língua portuguesa;
- Atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de libras ou para sua tradução e interpretação;
- Apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de libras e sua tradução e interpretação.

Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências

O Presidente Da República - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Lei nº 11.796, de 29 de Outubro de 2008

Institui o Dia Nacional dos Surdos.

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
João Luiz Silva Ferreira
Dilma Rousseff

DOU de 30.10.2008

Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010

Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Art. 8º (VETADO)

Art. 9º (VETADO)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de setembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Fernando Haddad
Carlos Lupi
Paulo de Tarso Vanucchi

DOU de 2.9.2010

Início

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DOU de 23.12.2005\

Legislação

Libras

Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005

Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

Intérpretes**Lei Nº12.319 de 1º de setembro de 2010**

Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Projeto De Resolução nº 040/2003

Tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – na programação da TV Assembleia e dá outras providências.

Acessibilidade**Decreto 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**

Regulamenta as Leis Nº10.048 de Novembro de 2000, e dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098 de 19 de Dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Decreto Nº6.214 de 26 de Setembro de 2007

Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a lei Nº8.742 de Dezembro de 1993, e a lei Nº10.741 de 1º de Outubro de 2003, e dá outras providências.

Resolução Nº4 de 2 de Outubro de 2009

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Lei Nº10.216 de 6 de Abril de 2001

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde mental.

Lei Nº6.202 de 17 de Abril de 1975

Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto lei Nº1.044, e dá outras providências.

Portaria Nº3.284 de 7 de Novembro de 2003

Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Lei Nº 4.304 De 07 De Abril De 2004.

Dispõe sobre a utilização de recursos visuais, destinados as pessoas com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial.

Lei Federal Nº10.098 De 19 De Dezembro De 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Mercado De Trabalho

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados 2% II – de 201 a 500 3% III – de 501 a 1.000 4% IV – de 1.001 em diante 5% 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante. 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados fornecendo-as quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Transporte

Conselho Nacional de Trânsito – Contran

Resolução nº734/1989 Art.54 o candidato à obtenção de carteira nacional de habilitação, portador de deficiência auditiva igual ou superior a 40 decibais, considerado apto no exame otoneuróticos, só poderá dirigir veículo automotor das categorias A ou B.

Surdez

Decreto nº3.298 de 20 de dezembro de 1999

Art.4º é considerada pessoa portadora de deficiência aquela que enquadrar nas seguinte categorias:

- A) De 25 A 40 Decibais (D.B) – Surdez Leve;
- B) De 41 A 55 (D.B) – Surdez Moderada;
- C) De 56 A 70 (D.B) – Surdez Acentuada;
- D) De 71 A 90 (D.B) – Surdez Severa;
- E) De Acima De 91 (D.B) – Surdez Profunda;
- F) Acanhais (Profunda)

Telefonia

Decreto nº1.592 de 15 de maio de 1998

Art.6º a partir de 31 dezembro de 1999. A concessionária deverá assegurar condições de acesso ao serviço telefônico para deficientes auditivos e da fala: tornar disponível centro de atendimento para intermediação da comunicação (1402)

Legenda

Lei Nº 4.304 De 07 De Abril De 2004 – Rio De Janeiro dispõe sobre a utilização de recursos visuais, destinados as pessoas com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial.

Lei Nº2.089 De 29 De Setembro De 1998 – Distrito Federal Institui a obrigatoriedade de inserção, nas peças publicitárias para veicular em emissoras de televisão, da interpretação da mensagem em legenda e na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Regulamento para Tradução

Art. 1º- Com base nas Leis Nº 10.436 de abril de 2002, Nº 12.319 de setembro de 2010 e Nº 13.146 de julho de 2015 e nos Decretos Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UNIFAL-MG – PRACE, por meio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI/UNIFAL-MG, implanta e regulamenta o oferecimento do Serviço de Tradução e Interpretação da Libras e da Língua Portuguesa aos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação, aos servidores e a comunidade externa à UNIFAL-MG, no desenvolvimento de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, a pesquisa, a extensão e a administração.

Capítulo I

Das Definições

Art. 2º- Para os fins de aplicação deste Regulamento observam-se as seguintes definições:

I- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unifal-MG –NAI/UNIFAL-MG: órgão administrativo, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por discentes, servidores e membros da comunidade externa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, por meio da eliminação das barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social.

II- Língua Brasileira de Sinais – Libras: é a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema de transmissão de ideias e fatos nas comunidades de pessoas surdas do Brasil. Para efeitos deste regulamento considera-se a Libras como o meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil.

III-Pessoa Surda: aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras.

IV-Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais - TILS: Profissional que tem a competência para realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

V-Beneficiário: comunidade acadêmica da UNIFAL-MG ou membro da comunidade externa que utiliza os serviços de tradução e/ou interpretação, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Unifal-MG.

VI-Solicitante: Servidor da UNIFAL-MG responsável pela requisição dos serviços de tradução e/ou interpretação de Libras. A solicitação está autorizada aos ocupantes de cargo de direção ou por servidores por eles designados.

VII Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VIII-Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limita ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

XI- Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

Capítulo II

Das Atribuições, Deveres E Direitos Do Tils

Art. 3º Em conformidade com o disposto no Art. 6º da Lei 12.319/2010 são atribuições do Tradutor e Intérprete de Libras - TILS da UNIFAL-MG:

I – efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Unifal-MG;

II – atuar nos processos seletivos para cursos e nos concursos públicos da Unifal-MG;

III – atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Unifal-MG;

VI – zelar por seu aprimoramento profissional.

Art. 4º No cumprimento de suas funções o TILS deve:

I - Observar o código de ética que rege sua profissão, exercendo-a com rigor técnico e zelo aos valores éticos a ela inerentes e o respeito à pessoa humana e à cultura do surdo, em especial ao disposto no artigo 7º da Lei 12.319/2010:

I.I honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

I.II atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

I.III imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

I.IV postura e conduta adequada aos ambientes que frequentar no exercício profissional;

I.V solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

I.VI respeito e conhecimento das especificidades da comunidade surda.

II - Atuar de forma colaborativa com os membros da equipe de tradutores, auxiliando sempre que necessário nas dificuldades tradutórias, de proficiência linguística e cultural a fim de garantir a qualidade dos serviços;

Art. 5º São direitos dos TILS:

I- O respeito à carga horaria semanal de trabalho e as escalas estabelecidas, em comum acordo com o NAI, no atendimento aos serviços de tradução e interpretação oferecidos à comunidade, inclusive na preparação e elaboração de material.

II Ter acesso ou receber com antecedência os materiais necessários a uma preparação prévia visando a melhor qualidade de sua atuação.

III- Para atuações dentro de sala de aula é direito do TILS solicitar auxílio ao docente para o preparo e revisão de aulas.

IV - Assumir atividades remuneradas ou voluntárias, desde que não comprometam o cumprimento de suas atribuições e a sua jornada de trabalho na UNIFAL-MG.

Art. 6º É vedado ao TILS:

I – Apropriar-se de forma inadequada das informações disponibilizadas durante a prática da tradução e/ou interpretação em benefício próprio ou de terceiros;

II – Emitir parecer, observações ou comentários pessoais sobre questões relativas ao ato da interpretação e/ou tradução durante o exercício de suas funções profissionais;

III – Distorcer a informação de forma intencional, interferir no ato comunicativo e/ou emitir opiniões próprias, a menos que seja requerido a fazê-lo;

III – Influenciar a pessoa surda em suas escolhas políticas, profissionais, morais ou religiosas, quando em exercício de suas funções profissionais;

IV – Difundir informações relativas às atividades institucionais em quaisquer meios de comunicação e redes sociais, salvo se autorizadas pelas instâncias envolvidas;

VI – Utilizar os materiais disponibilizados pelo solicitante sem a sua anuência.

Parágrafo único. A interferência de que tratam os incisos II e III deste artigo está resguardada quando houver necessidade de contextualização para melhor compreensão da língua de partida e ou língua alvo e garantia da qualidade do ato comunicativo.

Capítulo III

Das Solicitações Dos Serviços

Art. 7º. Os serviços de tradução e interpretação de Libras para atendimento ao Surdo, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, deverão ser solicitados pelos dirigentes dos órgãos da UNIFAL-MG, ou outro servidor devidamente autorizado.

Art.8º O solicitante deve encaminhar a demanda pelos serviços de tradução e/ou interpretação ao NAI/UNIFAL-MG com as informações necessárias, conforme protocolo de solicitação de serviços do NAI/UNIFAL-MG;

Art.9º Não são permitidas solicitações de serviços de tradução e/ou interpretação institucionais por meio de contatos particulares com o TILS.

Art.10º As solicitações devem ser encaminhadas ao NAI/Unifal-MG com antecedência mínima de cinco dias úteis, salvo em casos emergenciais devidamente justificados.

Parágrafo único: as solicitações emergências serão atendidas na dependência da disponibilidade de TILS.

Art. 11º Para as atividades de tradução e/ou interpretação fora do campus de lotação do tradutor e intérprete, as solicitações devem ser encaminhadas ao NAI/UNIFAL-MG com antecedência mínima de 15 dias, em virtude dos procedimentos institucionais necessários ao afastamento de servidor.

Art. 12º O solicitante deve estar ciente de sua responsabilidade em disponibilizar com antecedência materiais requisitados pelos TILS, bem como do agendamento de encontros para explicitação do conteúdo/tema/assunto a ser abordado, respeitando-se os prazos estipulados conforme protocolo de atividades de tradução e interpretação.

Art. 13º Em caso de desistência do serviço de tradução e/ou interpretação de Língua de Sinais/Língua Portuguesa, o NAI/Unifal-MG deve ser comunicado com o máximo de antecedência possível.

Capítulo VI

Do Atendimento

Art. 14º A designação do profissional no atendimento aos serviços de tradução e interpretação de Libras é de responsabilidade exclusiva do NAI/Unifal-MG. Não cabe ao solicitante e/ou beneficiário escolher ou exigir qual TILS irá atuar.

Art. 15º. O atendimento oferecido pelo TILS se dará única e exclusivamente dentro do par linguístico exigido em concurso público ou processo seletivo, ou seja, Libras e Língua Portuguesa.

Art. 16º. O atendimento oferecido pelo TILS ocorrerá em duplas, com revezamentos a cada 20 minutos quando a atividade extrapolar duas horas consecutivas.

Parágrafo único - O atendimento com a presença de apenas um profissional TILS ocorrerá em eventos com carga horária igual ou inferior a duas horas de duração, salvo em situações extraordinárias, previamente justificadas e avaliadas, ou a critério dos profissionais envolvidos, considerando o contexto, a temática e disponibilidade.

Art. 17º A atuação do profissional interprete de libras só terá início com a presença da pessoa surda.

Parágrafo único: Caso o beneficiário não compareça à atividade no prazo mínimo de 30 minutos, a contar de seu início, o TILS poderá se retirar do local isentando-se de qualquer responsabilidade pela não realização do serviço.

Art. 18º O solicitante ou beneficiado (a) na ação para a qual o serviço de tradução ou interpretação foi solicitado deverá assinar um Termo de Atendimento do Serviço a ser arquivado pelo NAI/Unifal-MG.

Capítulo V

Do Registro E Uso De Imagem

Art. 19º Para a filmagem e/ou gravação de atividades de interpretação e/ou tradução, o solicitante e/ou beneficiário deverá formalizar o pedido de autorização no próprio formulário de solicitação dos serviços.

Art. 20º A solicitação será analisada pelos profissionais envolvidos e uma vez autorizada a filmagem e/ou gravação das atividades de interpretação e/ou tradução, o solicitante e/ou beneficiário deverá assinar um Termo de Confidencialidade, disponibilizado pelo NAI/Unifal-MG.

Art. 21º Os registros em áudio e/ou vídeo dos trabalhos de tradução e/ou interpretação realizados institucionalmente poderão ser divulgados desde que devidamente autorizados pelos profissionais envolvidos mediante Termo de Consentimento de uso de imagem;

Art. 22º Na divulgação de registros em áudio e/ou vídeo dos trabalhos de tradução e/ou interpretação realizadas institucionalmente, deverão constar as logomarcas da UNIFAL-MG, da PRACE e do NAI/Unifal-MG, bem como os créditos dos profissionais envolvidos e demais informações pertinentes.

Parágrafo Único: Nos casos de violação e uso indevido de materiais em que as imagens sejam utilizadas sem o consentimento ou que ultrapasse os limites estabelecidos pela autorização, serão aplicadas as sanções legais.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 23º. É vedado o constrangimento público dos TILS. As sugestões e críticas quanto aos serviços oferecidos deverão ser encaminhadas por escrito à coordenação do NAI/UNIFAL-MG ou para a Ouvidoria da UNIFAL-MG.

Art. 24º. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pelo NAI/Unifal-MG e caso necessário submetidos a apreciação do Colegiado da Prace. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo colegiado da Prace.

O Presidente Da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 3º (Vetado)

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Art. 8º (Vetado)

Art. 9º (Vetado)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de setembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Luiz Inácio Lula Da Silva

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Fernando Haddad

Carlos Lupi

Paulo de Tarso Vanucchi

Publicada no DOU 02.09.2010

Mensagem De Veto Nº 532, De 1º De Setembro De 2010

Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 325, de 2009 (no 4.673/04 na Câmara dos Deputados), que "Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 3º e 8º

"Art. 3º É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. Poderão ainda exercer a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa:

I - profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4o, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015;

II - profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei."

"Art. 8º Norma específica estabelecerá a criação de Conselho Federal e Conselhos Regionais que cuidarão da aplicação da regulamentação da profissão, em especial da fiscalização do exercício profissional."

Razões dos vetos

"O projeto dispõe sobre o exercício da profissão do tradutor e intérprete de libras, considerando as necessidades da comunidade surda e os possíveis danos decorrentes da falta de regulamentação.

Não obstante, ao impor a habilitação em curso superior específico e a criação de conselhos profissionais, os dispositivos impedem o exercício da atividade por profissionais de outras áreas, devidamente formados nos termos do art. 4º da proposta, violando o art. 5º, inciso XIII da Constituição Federal."

Art. 9º

"Art. 9º Ficam convalidados todos os efeitos jurídicos da regulamentação profissional disciplinados pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005."

Razão do veto

"O Decreto nº 5.626, de 2005, não trata de 'regulamentação profissional', limitando-se a regulamentar a Lei nº 10.436, de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece a obrigação de o poder público cuidar da formação de intérpretes de língua de sinais."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

[illegible]

REFERÊNCIAS

Os links citados abaixo servem apenas como referência. Nos termos da lei brasileira (lei no 9.610/98, art. 8o), não possuem proteção de direitos de autor: As ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais; Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios; Os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções; Os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais; As informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas; Os nomes e títulos isolados; O aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

Caso não concorde com algum item do material entre em contato com a Domina Concursos para que seja feita uma análise e retificação se necessário

A Domina Concursos não possui vínculo com nenhuma banca de concursos, muito menos garante a vaga ou inscrição do candidato em concurso. O material é apenas um preparatório, é de responsabilidade do candidato estar atento aos prazos dos concursos.

A Domina Concursos reserva-se o direito de efetuar apenas uma devolução parcial do conteúdo, tendo em vista que as apostilas são digitais, isso, [e, não há como efetuar devolução do material.

A Domina Concursos se preocupa com a qualidade do material, por isso todo conteúdo é revisado por profissionais especializados antes de ser publicado.



Prezado cliente,

É com imensa satisfação que expressamos nossa profunda gratidão pela sua escolha em adquirir suas apostilas de estudos conosco. A preferência pelo nosso serviço é motivo de grande alegria e reforça nosso compromisso em fornecer materiais de alta qualidade para contribuir efetivamente em seu caminho educacional.

Aqui na nossa loja, dedicamo-nos diariamente para oferecer produtos que atendam não apenas às suas necessidades de aprendizado, mas que também superem suas expectativas. Cada compra realizada é um voto de confiança em nossa equipe, e estamos comprometidos em corresponder a essa confiança através de excelência em produtos e atendimento.

Saiba que sua decisão de confiar em nós para sua jornada de estudos é valorizada e respeitada. Estamos sempre empenhados em aprimorar nossos serviços para garantir que sua experiência seja positiva e produtiva. Se houver algo específico que possamos fazer para melhor atendê-lo, por favor, não hesite em nos informar.

Agradecemos por fazer parte da nossa comunidade de clientes e por escolher a qualidade e confiabilidade das nossas apostilas. Estamos ansiosos para continuar a servi-lo com dedicação e comprometimento.

Atenciosamente, Domina Concursos.



contato@dominaconcursos.com.br



WhatsApp (48) 9.9695-9070



Rua Aracatuba, nº 45,
Centro, Criciúma/SC - CEP
88810-230